

Recortes de Imprensa

Agosto 2008

01-07-2008

Tiragem: 30000

País: Portugal

Period.: Mensal

Âmbito: Interesse Geral

Pág: 18

Cores: Preto e Branco

Área: 6,33 x 7,84 cm²

Corte: 1 de 1



MARY KAY BATONS SOLIDÁRIOS

Até ao final do ano, os lucros da venda do batom «Apple Berry», da marca Mary Kay, revertem a favor da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Esta campanha, desenvolvida sob o mote «Pink Changing Lives», faz parte de uma estratégia internacional de solidariedade com instituições que prestam apoio a mulheres e crianças. O trabalho desenvolvido pela APAV, que existe há 18 anos, traduz-se no apoio às vítimas de crime, principalmente mulheres e crianças. Por ano, cerca de 20 mil pessoas são auxiliadas pela associação.



APAV regista tendência de aumento sustentado de vítimas

A Associação de Apoio à Vítima (APAV) considera que este ano verifica-se uma “tendência de aumento sustentado de vítimas” que procuram os serviços daquela entidade, apesar de ainda não existirem números exactos.

“Existe uma continuidade do trabalho da APAV, o que também significa uma continuação da procura dos nossos serviços de apoio pela população vítima”, adiantou à Agência Lusa o secretário-geral daquela entidade, João Lázaro.

Apesar de “ainda não existirem dados concretos” sobre o número de vítimas que este ano se dirigiram a APAV para receber apoio, o responsável sublinhou que “comparativamente ao mesmo período do ano passado os casos têm vindo a aumentar”.

“Em termos comparativos pode falar-se de uma tendência de aumento sustentado de vítimas que procuram os serviços. A consolidação desta tendência não inclui só as vítimas de violência doméstica, mas as vítimas em geral”, precisou o secretário-geral da APAV.

Segundo João Lázaro, os dados concretos “vão ser revelados muito em breve”, nomeadamente



>> JUSTIÇA Já morreram mais mulheres este ano, realça APAV

na “segunda ou terceira semana de Agosto”.

Porém, o responsável lembrou que estes números também “podem ser influenciados” por outros factores, nomeadamente o de “haver mais conhecimento dos serviços disponíveis”, pelo “alargamento da rede da APAV país” e pela sensibilização da população para este problema, uma vez que “o tema tem merecido algum destaque na comunicação social e no programa do Governo nos últimos meses”.

De acordo com dados da UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta, nos últimos sete meses já morreram mais mulheres, vítimas de vio-

lência doméstica, do que em 2007, ano em que a associação identificou 22 vítimas.

Um total de 7.041 pessoas recorreu aos serviços da APAV no ano passado, designadamente 6130 mulheres e 858 homens. Segundo a Associação de Apoio à Vítima o número de vítimas tem vindo a aumentar a cada ano.

Relativamente ao total de crimes assinalados, entre 2006 e 2007, também verificou-se um aumento, tendo passado de 1.077 para 1.245 crimes (mais 15,6%), segundo os mesmos dados. Os casos mais frequentes são de maus-tratos psíquicos (340), seguidos pelas ameaças/coacção (177) e pela

difamação/injúrias (155), segundo a mesma fonte.

Por sua vez, o Inquérito Nacional sobre Violência de Género, encomendado pelo Governo a uma equipa coordenada por Manuel Lisboa, sociólogo da Universidade Nova de Lisboa, mostrou que quatro em cada dez portugueses foram vítimas de violência física, psicológica ou sexual em 2007.

Porém, o estudo salienta que se tem vindo a assistir a um decréscimo da violência contra as mulheres nos últimos 12 anos, e por outro lado, a um aumento significativo da percentagem de vítimas que participam a situação às forças policiais.



Associação de Apoio à Vítima com mais procura



A Associação de Apoio à Vítima (APAV) considera que este ano verifica-se uma "tendência de aumento sustentado de vítimas" que procuram os serviços daquela entidade, apesar de ainda não existirem números exactos.

"Existe uma continuidade do trabalho da APAV, o que também significa uma continuação da procura dos nossos serviços de apoio pela população vítima", adiantou à Agência Lusa o secretário-geral daquela entidade, João Lázaro.

Apesar de "ainda não existirem dados concretos" sobre o número de vítimas que este ano se dirigiram a APAV para receber apoio, o responsável sublinhou que "comparativamente ao mesmo período do ano passado os casos têm vindo a aumentar".

"Em termos comparativos pode falar-se de uma tendência de aumento sustentado de vítimas que procuram os serviços. A consolidação desta tendência não inclui só as vítimas de violência doméstica, mas as vítimas em geral", precisou o secretário-geral da APAV.

Segundo João Lázaro, os dados concretos "vão ser revelados muito em breve", nomeadamente na "segunda ou terceira semana de Agosto".

Porém, o responsável lembrou que estes números também "podem ser influenciados" por outros factores, nomeadamente o de "haver mais conhecimento dos serviços disponíveis", pelo "alargamento da rede da APAV país" e pela sensibilização da população para este problema, uma vez que "o tema tem merecido algum destaque na comuni-

cação social e no programa do Governo nos últimos meses".

De acordo com dados da UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta, nos últimos sete meses já morreram mais mulheres, vítimas de violência doméstica, do que em 2007, ano em que a associação identificou 22 vítimas. Um total de 7041 pessoas recorreu aos serviços da APAV no ano passado, designadamente 6130 mulheres e 858 homens. Segundo a Associação de Apoio à Vítima o número de vítimas tem vindo a aumentar a cada ano.

Relativamente ao total de crimes assinalados, entre 2006 e 2007, também verificou-se um aumento, tendo passado de 1.077 para 1.245 crimes (mais 15,6 por cento), segundo os mesmos dados. Os casos mais frequentes são de maus-tratos psíquicos (340), seguidos pelas ameaças/coacção (177) e pela difamação/injúrias (155), segundo a mesma fonte.

Por sua vez, o Inquérito Nacional sobre Violência de Género, encomendado pelo Governo a uma equipa coordenada por Manuel Lisboa, sociólogo da Universidade Nova de Lisboa, mostrou que quatro em cada dez portugueses foram vítimas de violência física, psicológica ou sexual em 2007.

Porém, o estudo salienta que se tem vindo a assistir a um decréscimo da violência contra as mulheres nos últimos 12 anos, e por outro lado, a um aumento significativo da percentagem de vítimas que participam a situação às forças policiais.©

Crime. Mais vítimas estão a procurar apoio em associações

Mulheres portuguesas são mortas com mais violência

Lei inglesa atenua penas a mulheres maltratadas que matem maridos

ANA MAFALDA INÁCIO
e FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA

À saída de um café, em Nogueira da Maia, uma mulher de 29 anos foi assassinada com um tiro de caçadeira na face pelo companheiro, depois de uma discussão. O crime, registado na terça-feira, não foi mais um caso isolado. Esta semana, em apenas dois dias, duas mulheres foram mortas pelos companheiros. Dados divulgados pela União de Mulheres Alternativas e Resposta (UMAR), que têm por base notícias publicadas na comunicação social, revelam que até Maio já morreram mais mulheres do que em 2007.

O número de vítimas (17) é assustador, mas mesmo assim a UMAR e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) garantem não haver estatísticas oficiais que permitam afirmar que se está a matar mais em Portugal no âmbito das relações íntimas. Porém, há uma certeza: "Há mais violência nas mortes".

Para Elizabete Brasil, da direcção da UMAR, "a forma como as mulheres morrem é cada vez mais violenta e severa". João Lázaro da APAV concorda, argumentando que tal é perceptível pelo próprio relato dos crimes denunciados na comunicação social. "Não podemos afirmar que este tipo de crime aumentou, nem tão pouco que há mais situações de violência doméstica que têm um desfecho fatal, mas há mais violência nas mortes", afirmou. No fundo, a mesma tendên-



Na terça-feira, na Maia, uma mulher foi morta a tiro de caçadeira

cia que marca também a criminalidade geral. Os últimos relatórios de segurança interna revelaram não haver um aumento da criminalidade, mas mais violência nos crimes. A dirigente da UMAR alertou ainda: "O número de homicídios pode estar na média anual, mas há um aumento de tentati-

vas de homicídio em seio das relações íntimas". João Lázaro salientou, por sua vez, haver mais vítimas a procurar o apoio dos serviços da associação.

Os casos de mulheres que morrem à mercê de maridos, namorados ou filhos já mereceram a atenção da lei britânica. O governo inglês anunciou re-

centemente um projecto de lei que atenua a pena às mulheres que, depois de anos como vítimas de maus tratos, matem os maridos. Uma medida que, segundo Frederico Marques, jurista da APAV, "está correcta", mas que tem de ser avaliada "caso a caso".

Este ano, a Procuradoria-geral Distrital de Lisboa especializou a investigação dos casos de violência em Sintra, depois de ter verificado que este tipo de crime está a aumentar na comarca. No início do ano, o Ministério Público de Sintra recebeu 112 inquéritos relacionados com maus tratos, em 2007 recebeu 793 queixas. ■

17 casos até Maio de 2008

Dados da UMAR revelam que até Maio foram mortas mais mulheres que em 2007

11 sobreviventes até Maio de 2008

Número de mulheres que foram vítimas de tentativa de homicídio pelo companheiro

Relação terminou e matou namorada

Um estudante de engenharia civil da Universidade de Coimbra, de 23 anos, é suspeito de ter assassinado à facada a sua colega de curso, de 20 anos, que **tinha acabado o namoro** entre os dois. O crime ocorreu na manhã de 17 de Setembro de 2007, um mês depois de a vítima ter terminado aquele relacionamento. O suspeito terá convencido a ex-namorada a ir conversar com ele na Quinta da portela, à saída de Coimbra, onde a esfaqueou, e entregou-se à polícia.



Rapariga foi esfaqueada no pescoço e no abdómen

Assassinou Alzira e depois suicidou-se

Alzira Salteiro, de 34 anos, tinha posto um ponto final no namoro com João, agricultor de 45 anos, que **não se conformava**, apesar de já terem passado dois meses sobre aquela decisão. No dia 1 de Março deste ano, depois de ter discutido com ela, seguiu-a até casa, em Carvalhal do Cubo, no concelho de Ferreira do Zêzere, **apontou-lhe uma caçadeira à cabeça e matou-a**. De seguida, encostou a arma abaixo do seu queixo e **disparou, suicidando-se**.

Espancada com um pau até à morte

Bruno, de 26 anos, vivia há cerca de um ano com a namorada, Sónia Castelhana, em Vale da Bica, Ponte de Sôr. Na noite de sábado, o jovem terá **espancado a namorada com um pau até à morte**. Depois terá levado o cadáver, abandonando-o numa zona de terrenos baldios, em Vale de Estacas, junto à herdade da Courela, e voltou para casa. **No dia seguinte entregou-se à GNR**. Vizinhos dizem que eram frequentes as discussões entre os dois.

OS OUTROS PAÍSES

ESPAÑA

A Lei da Violência de Género, aprovada no final de 2004, era uma das promessas eleitorais de Zapatero. Aprovada por unanimidade, contempla medidas de assistência social e de prevenção, sendo o seu aspecto mais polémico o da discri-

minação positiva: penalizar a violência doméstica só quando o agressor é homem e a vítima mulher. Quatro anos depois chovem críticas: em 2007 houve 71 mulheres assassinadas – apenas menos uma do que antes da lei. 43 morreram este ano – seis este mês.

REINO UNIDO

Após quatro anos de discussão o Governo britânico lançou a maior alteração legislativa dos últimos 50 anos: um projecto de lei que propõe que as pessoas que matem o cônjuge após sofrer anos de violência doméstica vejam a sua

pena ser atenuada. Assim, quem matar o agressor pode ser condenado a homicídio por negligência e não a assassinio, crime que no Reino Unido prevê pena de prisão perpétua. No ano passado foram mortos pelos seus parceiros 83 mulheres e 27 homens no país.

FRANÇA

A revisão da lei, em 2006, permitiu o reforço da prevenção da violência conjugal e o agravamento de penas. A lei reconhece a violência em todas as formas de vida em comum. A ministra francesa da Justiça, Rachida Dati, indicou este mês

que as denúncias de violência doméstica aumentaram em 30%, entre 2006 e 2007, havendo registo de 6500 casos nesse período. Este tipo de incidente foi o mais verificado em França nos últimos três anos, segundo o Observatório Nacional da Delinquência.



Violência

“tendência de aumento sustentado de vítimas”- APAV

A Associação de Apoio à Vítima (APAV) considera que este ano verifica-se uma “tendência de aumento sustentado de vítimas” que procuram os serviços daquela entidade, apesar de ainda não existirem números exactos.

“Existe uma continuidade do trabalho da APAV, o que também significa uma continuação da procura dos nossos serviços de apoio pela população vítima”, adiantou o secretário-geral daquela entidade, João Lázaro.

Apesar de “ainda não existirem dados concretos” sobre o número de vítimas que este ano se dirigiram a APAV para receber apoio, o responsável sublinhou que “comparativamente ao mesmo período do ano passado os casos têm vindo a aumentar”.

“Em termos comparativos pode falar-se de uma tendência de aumento sustentado de vítimas que procuram os serviços. A consolidação desta tendência não inclui só as vítimas de violência doméstica, mas as vítimas em geral”, precisou o secretário-geral da APAV.

Segundo João Lázaro, os dados concretos “vão ser revelados muito em breve”, nomeadamente na “segunda ou terceira semana de Agosto”.

Porém, o responsável lembrou que estes número também



“podem ser influenciados” por outros factores, nomeadamente o de “haver mais conhecimento dos serviços disponíveis”, pelo “alargamento da rede da APAV país” e pela sensibilização da população para este problema, uma vez que “o tema tem merecido algum destaque na comu-

nicação social e no programa do Governo nos últimos meses”.

De acordo com dados da UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta, nos últimos sete meses já morreram mais mulheres, vítimas de violência doméstica, do que em

2007, ano em que a associação identificou 22 vítimas.

Um total de 7.041 pessoas recorreu aos serviços da APAV no ano passado, designadamente 6130 mulheres e 858 homens. Segundo a Associação de Apoio à Vítima o número de vítimas tem vindo a aumentar a cada ano.

Relativamente ao total de crimes assinalados, entre 2006 e 2007, também verificou-se um aumento, tendo passado de 1.077 para 1.245 crimes (mais 15,6 por cento), segundo os mesmos dados. Os casos mais frequentes são de maus-tratos psíquicos (340), seguidos pelas ameaças/coacção (177) e pela difamação/injúrias (155), segundo a mesma fonte.

Por sua vez, o Inquérito Nacional sobre Violência de Género, encomendado pelo Governo a uma equipa coordenada por Manuel Lisboa, sociólogo da Universidade Nova de Lisboa, mostrou que quatro em cada dez portugueses foram vítimas de violência física, psicológica ou sexual em 2007.

Porém, o estudo salienta que se tem vindo a assistir a um decréscimo da violência contra as mulheres nos últimos 12 anos, e por outro lado, a um aumento significativo da percentagem de vítimas que participam a situação às forças policiais.



NÚMEROS

DADOS DO DISTRITO

185

total de processos

425

total de crimes
(nem todos os crimes origi-
nam processos)

376

crimes de violência
doméstica

42

crimes contra as pessoas e
a humanidade

4

crimes contra o património

2

crimes rodoviários

1

outros crimes

IDADE DAS VÍTIMAS

14

crianças dos zero aos 17 anos

87

adultos até aos 64 anos

15

65 anos ou mais

69

casos de idade desconhecida

AUTORES DO CRIME

142

homens

28

mulheres

15

cujo sexo não foi apurado

IDADE DO AUTOR DO CRIME

61

adulta

4

crianças

2

Seniores

118

situações ignoradas
(o queixoso não fornece os
dados à APAV)

VÍTIMAS

151

mulheres

33

Homens

1

caso em que o sexo da víti-
ma foi ignorado

Vítimas de Aveiro procuram ajuda em Coimbra

Conferir apoio psicológico e aconselhamento jurídico às vítimas de crime é a missão da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

Cláudia Carneiro

■ A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) recebeu, em 2007, na sua delegação de Coimbra, a participação de 425 crimes - que resultou em 185 processos - provenientes do distrito de Aveiro.

Perante a inexistência de um gabinete da APAV na região, Coimbra é a alternativa para quem vive situações de violência e requer apoio psicológico ou aconselhamento jurídico.

Confidencialidade e gratuidade estão garantidos neste espaço, onde a missão é fazer valer os direitos das vítimas de infracções penais e respectivas famílias.

Contudo, os advogados da APAV estão impedidos de representar juridicamente as vítimas, sendo a sua acção limitada ao aconselhamento jurídico - regulação do poder paternal em caso de divórcio é o pedido mais frequente - e à ponte com as instituições de apoio, podendo os pedidos ser remetidos para infra-estruturas em Aveiro (IPSS, por exemplo).

Violência doméstica, onde se



A VIOLENCIA doméstica é o crime mais comum

inclui a agressão conjugal, sobre os filhos ou familiares de idade avançada, é o crime mais comum. Os pedidos de ajuda podem acontecer em diferentes momentos da relação. "A mulher agredida teme uma repetição ou agravamento do episódio violento e quer prever-se, sabendo quais os procedimentos ao seu dispor", explicou

ao Diário de Aveiro Sónia Silva Santos, gestora do Gabinete de Apoio à Vítima de Coimbra.

A hora do "basta" pode acontecer quando a agressividade passa de maus-tratos psicológicos para físicos ou se transfere da mulher para os filhos, levando a uma procura sobre alternativas de alojamento, caso a solu-

ção passe pelo abandono do lar.

Há também momentos de tensão, em que "as coisas não estão boas nem más", refere Sónia Silva Santos, mas que levam a vítima a pensar se o que está a viver "é normal" e se "não está a ficar louca", num esforço de credibilizar a situação perante si própria.

"Ameaças e coação psicológica comprometem a auto-estima. A vítima, tanto sofre este jogo, que começa a acreditar na depreciação a que está sistematicamente sujeita, até por motivos de dependência económica e emocional", sintetiza.

Ainda que em menor escala, a violência sobre o marido também figura na lista, sob a forma de injúrias, difamação e ameaças, decorrente da disparidade física.

À APAV chegam também registos de agressão entre vizinhos, no local de trabalho, escola ou mesmo crimes rodoviários, cuja resolução transcende os trâmites legais ou policiais. "Consideradas menos graves, são experiências traumáticas, que podem deixar sequelas psicológicas, às quais podemos dar resposta", conclui a responsável.

TIAGO OLIVEIRA



Relatório. No primeiro semestre, a Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa recebeu 51 queixas relativas a violência sobre idosos. Os dados servem para conhecer a realidade de um tipo de crime que o PGR considerou de investigação prioritária. Casos com tendência para aumentar, segundo a APAV

Dois idosos vítimas de violência por semana



Cada vez mais idosos são vítimas de violência por parte dos próprios filhos e dentro da própria casa

INVESTIGAÇÃO PRIORITÁRIA DESDE JANEIRO

O procurador-geral da República (PGR), Pinto Monteiro, declarou em Janeiro que os crimes contra idosos, bem como os ocorridos em meio escolar e em meio hospitalar passariam a ser tratados com "especial prioridade". Para tal foi publicada, em *Diário da República*, a 18 de Fevereiro, uma directiva e instruções genéricas para a execução da Lei sobre Política Criminal. O PGR declarou, na época, por escrito, as suas preocupações. "Os indicadores existentes permitem identificar alguns fenómenos e tendências criminosas que merecem particular atenção por serem susceptíveis de contribuir para o aumento de sentimento de insegurança", designadamente os crimes violentos "quando praticados contra pessoas mais vulneráveis", como os idosos, referia.

Segundo trimestre registou mais casos

ANA BELA FERREIRA

Durante os primeiros seis meses do ano, registou-se uma média de dois idosos por semana vítimas de violência, de acordo com dados oficiais do Ministério Público divulgados pela Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa. Ao longo do primeiro semestre, foram abertos 51 inquéritos relativos à violência contra idosos, um número muito próximo dos 57 casos de violência registados no meio escolar. Dois fenómenos considerados de investigação prioritária pela Lei

12 queixas

Número de casos que terão ocorrido em lares ou instituições de acolhimento

xas: 11 (*ver caixa*). Torres Vedras, com 9, e Lisboa, com 7, fecham o grupo dos três concelhos com maior número de casos. Do lado oposto, sem casos de violência contra idosos, estão Cascais, Angra do Heroísmo e Oeiras. ODN tentou contactar a Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, a fim de obter mais esclarecimentos em relação aos dados, mas os responsáveis encontram-se de férias.

26% são vítimas dos filhos

O cônjuge ou companheiro é o agressor mais frequente dos idosos, segundo os dados de 2007 da Associação de Apoio à Vítima (APAV), somando um total de 29,1%. No entanto, um grande número, 26,4%, é vítima dos próprios filhos. No ano passado, a APAV registou 656 casos de violência contra idosos.

A residência partilhada com o agressor é o espaço em que mais ocorrem as agressões (59,7%), logo seguida da casa da vítima (25,6%). No total, apenas 12 casos, ou seja, 2,3%, tiveram lugar em lares ou instituições de acolhimento. Números que não surpreendem o vice-presidente

da APAV, João Lázaro. "A família é um espaço de amor, mas também de grande violência", alerta.

O dirigente da associação frisa que "a violência sobre os idosos é muito escondida e calada". Embora não existam ainda dados de 2008, João Lázaro acredita que a tendência é para um aumento sustentado. A violência financeira é outra face dos atentados contra este grupo etário. Paula Guimarães, da APAV, explica ao DN que "em Portugal existe a ideia de que o património do idoso é da família e a partir de uma certa idade esta faz tudo para administrar os seus bens, atropelando a lei".

Agressões por comarca

Localidade	N.º agressões
Almada	11
Torres Vedras	9
Lisboa	7
Funchal	6
Vila Franca de Xira	6
Sintra	4
Loares	3
Barreiro	3
Caldas da Rainha	2
Cascais	0
Angra do Heroísmo	0
Oeiras	0

Maus tratos são mais frequentes nos lares

Linha. Serviço de apoio recebeu 171 denúncias de maus tratos em 2007

São os familiares que mais denunciam, à Linha do Cidadão Idoso, os maus tratos de que os idosos são vítimas. Já no caso de negligência, são os vizinhos os primeiros a dar o alerta para o serviço da Provedoria de Justiça.

No primeiro caso, os vizinhos são os segundos a informar a linha de apoio e, por último, as próprias vítimas ligam a pedir auxílio. Em casos de negligência, depois dos vizinhos, quem mais denuncia estes casos são os familiares e depois os técnicos que apoiam esta população.

Ao longo de 2007, a Linha do Cidadão Idoso recebeu 3202 chamadas, das quais 171 relativas a casos de maus tratos e 111 de negligência. Os grandes centros urbanos, como Lisboa, Porto, Braga, Setúbal e Leiria são os que apresentam um índice mais elevado de casos. As vítimas mais frequentes

têm entre os 71 e os 90 anos.

Os locais palco da violência mudam de acordo com o seu tipo. Segundo Michelle Lopes, responsável da linha, "o abuso financeiro é mais praticado no seio da família, enquanto os maus tratos são mais frequentes nas instituições".

Outro caso frequente é o "de pais vítimas dos filhos, que os tentam isolar para que fiquem fragilizados e não apresentem queixa", refere Michelle Lopes. Neste caso, como nos outros, o papel da linha é prestar auxílio e encaminhar as vítimas, uma vez que estes casos são complexos e envolvem normalmente muitas entidades. Por isso, "o papel da provedoria é fazer com que as entidades trabalhem em conjunto", até porque, "esta não é uma linha de emergência mas de apoio", sublinha a responsável.

Os dados da linha, que está em funcionamento desde 1999, indicam ainda que a maioria das denúncias são feitas por mulheres, que são também a maioria das vítimas. — A.B.F.



SAÚDE ■ LESÕES VISÍVEIS CHEGAM COMO PROVA

Vítimas não pagam

■ Maus tratos isentos de taxa moderadora nas unidades de saúde, sem necessidade de provas

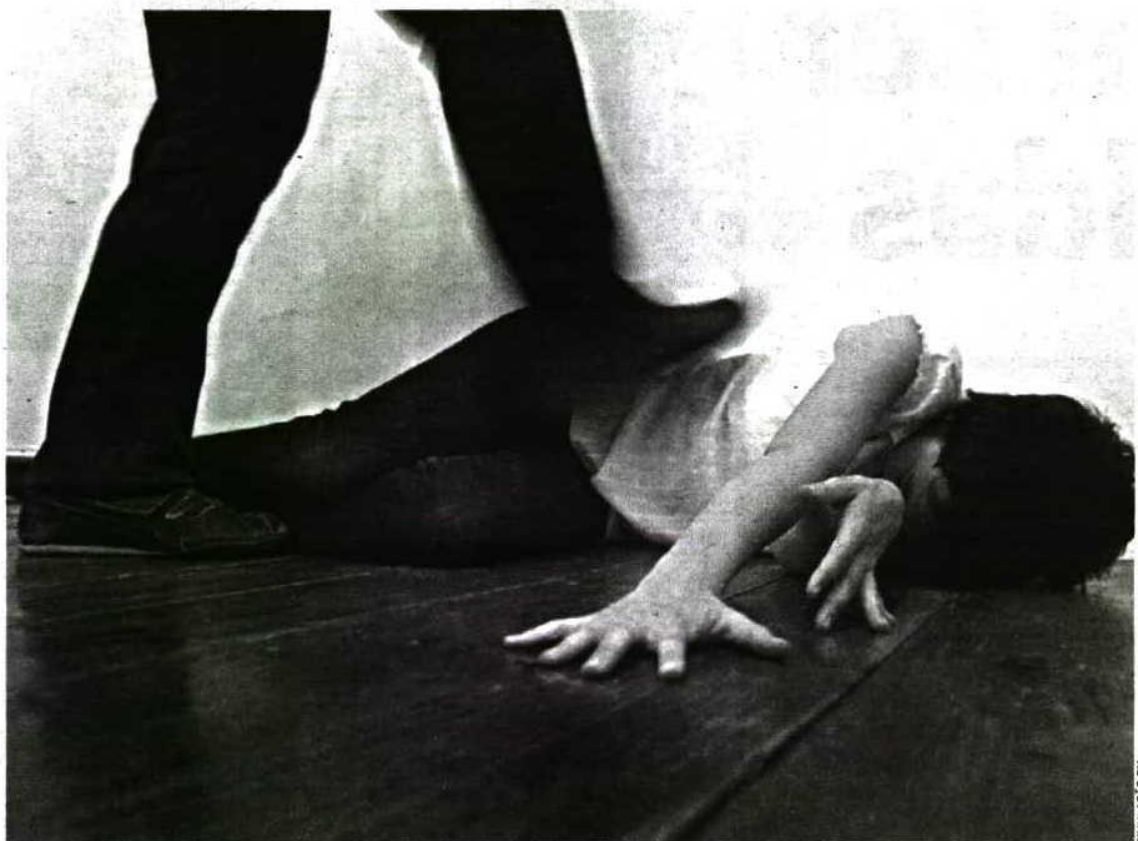
● RUTE ARAÚJO

A isenção do pagamento de taxas moderadoras por parte das vítimas de violência doméstica foi anunciada ainda em 2007. Mas só ontem foi publicado em Diário da República um esclarecimento, que obriga os hospitais a não cobrarem dinheiro por atenderem nas Urgências pessoas que sofreram maus tratos em casa.

De acordo com o texto, que entra imediatamente em vigor, não pode ser cobrada taxa "sempre que alguém declare nos serviços de admissão de uma urgência em estabelecimento de saúde ou perante pessoal técnico dessa urgência ser vítima de maus tratos". Não é necessário apresentar provas, basta que haja "sintomas ou lesões que sustentem com alguma probabilidade tal alegação".

O despacho do Ministério da Saúde surge depois de várias queixas de mulheres a quem foi pedido dinheiro pelos cuidados de saúde, apesar de haver indicações para que os tratamentos sejam gratuitos.

É o caso de uma utente do Hospital de S. Marcos, em Braga. Em Fevereiro recebeu uma conta para pagar de 152 euros (os 8,70 euros de taxas moderadoras e o preço da consulta de especialidade). O Hospital entendeu que teria de provar que era vítima de violência doméstica para ficar isenta. E como havia um agressor, a unidade decidiu cobrar o custo da consulta a um terceiro, informando a vítima do pre-



Alguns hospitais estavam a cobrar dinheiro ilegalmente às vítimas, por falta de informação

+ DADOS

● PENAS

É punido com pena de prisão de um a cinco anos quem infligir maus tratos físicos ou psíquicos a cônjuges ou filhos.

● NÚMEROS

Os crimes de violência doméstica têm vindo a aumentar todos os anos, assim como a percentagem de casos que chega às autoridades. Em 2007, a PSP registou 13 mil ocorrências, mais 1412 do que no ano anterior.

● MORTES

De acordo com a UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, este ano já morreram mais mulheres vítimas de violência doméstica do que em todo o ano de 2007. No ano passado, a UMAR identificou 22 vítimas.

● PERFIL DAS VÍTIMAS

As mulheres entre os 26 e os 55 anos são as mais afectadas. Mais de metade é casada.

ço. Já antes da mudança na legislação, as administrações hospitalares podiam enviar a factura ao agressor. Mas quando não era possível identificá-lo, a conta era remetida para a própria vítima de violência.

O caso não foi único e a falta de informação das unidades de saúde motivou uma tomada de posição de vários deputados da Assembleia da República do PCP e do PS. A carta enviada em Fevereiro ao Ministério da Saúde questionava o Governo sobre as orientações dadas para fazer cumprir a decisão, "tendo em conta a existência de interpretações díspares quanto ao acesso ao direito da isenção". ■



Vítimas de violência já não pagam hospital

Isentas. Para não pagar as taxas moderadoras, basta dizer a um técnico que se foi vítima de maus tratos

As vítimas de violência doméstica não têm, desde ontem, de pagar taxas moderadoras para serem tratadas num hospital ou num centro de saúde.

De acordo com as Leis de Bases da Saúde, este grupo populacional já seria beneficiário desta isenção, mas, anteriormente, os serviços de saúde não tinham uma directiva uniforme de como comprovar que se estava perante um

caso de violência doméstica. Antes do despacho do Ministério da Saúde que ontem entrou em vigor, "havia procedimentos completamente diversos, as mais diversas práticas e uma não igualdade de acesso aos cuidados para as vítimas", refere João Lázaro, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Agora, segundo o texto legal, "sempre que alguém declare nos serviços de admissão de uma urgência em estabelecimento de saúde ou declare perante pessoal técnico dessa urgência ser vítima de maus tratos e desde que apresente sintomas ou lesões que sustentem com

alguma probabilidade tal alegação", fica isento de pagamento.

Em Fevereiro passado foi noticiada a cobrança de taxa moderadora a uma vítima de violência doméstica, o que levou deputados do PCP e PS a questionar o Ministério sobre que orientações eram dadas nestes casos.

A APAV vê com bom olhos que "se afaste o cenário mais exigente de a vítima ter de fazer declaração judicial", mas adverte que os técnicos de saúde podem assim "ficar divididos entre o dever de denúncia de funcionário público e o sigilo profissional". ■ - S.G.



Vítimas têm agora mais apoio



Publicação: 05-08-2008 10:34 | Última actualização: 05-08-2008 13:16

Relatório do Ministério Público

Violência atinge dois idosos por semana

Em média, dois idosos por semana são vítimas de violência. Nos últimos seis meses, chegaram ao Ministério Público 51 casos de violência contra idosos. Os dados são divulgados pela Procuradoria-geral Distrital de Lisboa e revelam uma realidade que já foi dada como prioridade para o procurador-geral.



No relatório do Ministério Público, divulgado pela Procuradoria-geral Distrital de Lisboa e citado pelo Diário de Notícias, na maioria dos casos o agressor é o próprio conjugue ou companheiro da vítima, ou até mesmo os filhos.

Almada, Torres Vedras e Lisboa são as comarcas com mais registos.

"A família é um espaço de amor, mas também é de grande violência", sublinha ao DN o vice-presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Segundo João Lázaro, a violência contra idosos é muito "**escondida e calada**" e tende a aumentar.

"Especial prioridade"

Em Janeiro, o procurador-geral, Pinto Monteiro, declarou que os crimes contra idosos passariam a ser tratados com "**especial prioridade**", por serem susceptíveis de "**contribuir para o aumento de sentimento de insegurança**".



Violência doméstica

Número de processos não pára de aumentar

Ana Maria Santos
red.asantos@osetubalense.pt

O Gabinete de Apoio à Vítima de Setúbal registou, no ano passado, 411 processos o que coloca este distrito em terceiro lugar, a nível nacional, relativamente ao local de residência da vítima.

O número de processos registados pelo Gabinete de Apoio à Vítima da delegação de Setúbal da APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima aumentou, em 2007, em mais 82 casos, comparativamente ao ano anterior, tendo sido abertos, no ano passado, 411 processos, quando em 2006 foram registados neste Gabinete 329 processos. Os dados, que constam do relatório anual daquela associação, revelam ainda que o distrito de Setúbal tem vindo, de ano para ano, a subir na escala nacional relativamente ao número de casos registados, e passou da quinta posição, em 2006, para a terceira posição no ano passado.

O número de processos registados em Setúbal representa 6,9 por cento do total nacional e, a exemplo dos anos anteriores, a maior procura dos serviços da APAV continua a ser nas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Com uma média geral de cerca de 30 processos por mês, o Gabinete de Setúbal registou o seu pico mais alto em Abril, com a entrada de 44 novos processos, e nos meses de Março, 40 e Maio com 43 processos registados.

Também como em anos anteriores,



PROCESSOS — Os casos de violência doméstica registados pela APAV têm registado um aumento considerável res, o tipo de apoio mais prestado foi o genérico (encaminhamento e emocional), seguido pelo apoio jurídico, o apoio psicológico e social, sendo as circunstâncias que motivam os pedidos geralmente muito difíceis e, por vezes, até dramáticas sendo necessário, na maioria dos casos, a intervenção imediata da APAV. Por outro lado, continua a manter-se a tendência dos anos anteriores no que respeita ao perfil das vítimas e dos agressores. Assim, as principais vítimas continuam a ser as mulheres casadas (51,5 por cento) na faixa etária entre os 26 e os 55 anos de idade, assim como os autores do crime, igualmente na

Grande parte das vítimas não apresenta qualquer dependência e, quando existe, diz respeito a fármacos o que pode estar relacionado com a existência de problemas de saúde psicológica e/ou física directamente relacionados com a vitimação. Já no que respeita aos autores dos crimes, existe uma percentagem significativa da inexistência de dependências, muito embora 23,4 por cento dos casos encontravam-se dependentes de álcool e eram, na sua grande maioria, desempregados.

Relativamente à caracterização da vitimação, os maus-tratos psicológicos e os maus-tratos físicos apresentaram as percentagens mais significativas, com 32 e 30 por cento, respectivamente. Por outro lado, dos 14.534 processos registados a nível nacional foi possível arrolar 5.944 vítimas de crime.

De salientar que, habitualmente, é o próprio lesado que estabelece contacto com a associação (em 67,8 por cento dos casos), mas que os contactos estabelecidos por familiares são de grande importância, uma vez que muitas vezes são aqueles que conseguem incentivar o utente a procurar ajuda, junto das instituições de apoio ○

mesma faixa etária e de nacionalidade portuguesa. Por outro lado, e muito embora sejam as portuguesas quem mais recorreu aos gabinetes de apoio, a crescente vaga de imigração fez com que a diversidade de nacionalidades tanto das vítimas como dos autores tenha igualmente aumentado.

Faça isto!

Se só puder fazer uma coisa...



Quinta-feira

Rita Braga Ela diz que faz pop coreana com ukelele e electrónica, mas o resultado soa extraterrestre. Vai estar no Espaço APAV. **Pág. 52**

Sexta-feira

Observação nocturna do céu Estrelas, planetas e constelações através de binóculos e telescópios, no Museu da Ciência. **Pág. 29**

Sábado

Um Grande Músico Chamado Philip Catherine Comédia amarga sobre o fim da adolescência, no Teatro Municipal Mirita Casimiro. **Pág. 47**

Festival Internacional de Máscaras e Comediantes

O Castelo de São Jorge vai ser invadido. Não por mouros, mas por máscaras. Uma vez por ano, é a vez delas. O Festival Internacional está de volta com oito espectáculos e animações ao ar livre. Este ano até há baldes a fazer de máscaras, em *Bucket* (na foto). **Pág. 46**

21-08-2008

Tiragem: 58282

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 59

Cores: Cor

Área: 3,28 x 10,88 cm²

Corte: 1 de 1



DESTAQUE DO DIA DE HOJE

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima promove hoje um concerto com Rita Braga. Hoje tem lugar um espectáculo de Rita Braga, no Espaço APAV & Cultura na Sede da APAV (Rua José Estêvão 135-A, em Lisboa), às 18h30. Rita Braga é uma cria-

tiva intérprete de melodias alheias. Servindo-se do "ukelele", instrumento havaiano semelhante ao cavaquinho, Rita Braga dá nova vida a canções tradicionais dos mais diversos cantos do mundo – Estados Unidos, Sérvia, México ou Polónia.



Propostas. FNGIS chama a atenção para jovens empregados na pobreza

Risco de pobreza afecta 18% da população

Livros, material escolar e alimentação gratuitos é uma das recomendações

ANA BELA FERREIRA

Os idosos e as crianças são os grupos mais vulneráveis à pobreza, um dos pontos que o Fórum Não Governamental para a Inclusão Social (FNGIS) quer ver combatido pelo Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) 2008-2010, que está em fase de preparação. As outras quatro prioridades propostas pelo FNGIS (parceiro do PNAI) são: corrigir as desvantagens na educação e formação, ultrapassar as discriminações e reforçar a integração das pessoas com deficiência, das minorias étnicas e dos imigrantes, melhorar a qualidade do emprego e melhorar o acesso a serviços de qualidade.

Em resposta às propostas, a coordenadora do PNAI, Fernanda Rodrigues, esclarece que "algumas das recomendações traduzem preocupações comuns e que já estão em desenvolvimento". Quanto à inclusão das medidas no PNAI, a responsável considera que "a actividade do fó-



Idosos são um dos grupos mais vulneráveis à pobreza

rum tem sido sempre levada em conta, é muito apreciada e relevante".

O fórum chama a atenção para o facto de 18% da população residente em Portugal se encontrar em risco de pobreza e que os idosos e crianças são os grupos mais vulneráveis. Carmen Rasquete, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e uma das responsáveis pela elaboração das recomendações, alerta ainda que a taxa de jovens adultos em-

pregados que se encontra na pobreza (11%) é superior à média europeia que é de 8%. Por isso, o FNGIS pede emprego com mais qualidade e no qual "as remunerações não sejam tão baixas", esclarece Carmen Rasquete. No campo da educação, "propomos um ensino gratuito, com livros, material escolar e refeições inteiramente gratuitos, para evitar a exclusão e abandono no ensino", acrescenta. ■



Agressões. No primeiro semestre de 2008, registaram-se mais queixas junto da APAV do que em 2007, em 89,7% dos casos por crimes de violência doméstica. Há mais denúncias de situações protagonizadas por pessoas com curso superior, tanto vítimas como agressores. E há mais homens maltratados

Violência doméstica sobe entre licenciados

APAV registou um aumento de 8,5% dos casos em 2008

CÉU NEVES

Isabel, 30 anos, licenciada, casada, uma filha, já deixara de falar aos amigos e familiares. Os poucos contactos resumiam-se aos colegas de trabalho e às escondidas do marido. Ele controlava todos os seus movimentos e, inclusive, ia buscá-la ao emprego. Acusava-a de andar com todos os homens com quem ela se cruzava. Bateu-lhe a primeira vez, ela desculpou-o. E, durante uns tempos, até parecia que viviam em lua-de-mel. Bateu-lhe a segunda vez e o estado de graça foi bem mais curto. Até só haver luas de fel. Três anos nisto. Pediu ajuda quando a sua vida e a da filha corriam perigo.

Isabel é nome fictício, mas representa as milhares de mulheres vítimas de violência doméstica. Elas continuam em maioria, embora lentamente esteja a aumentar a percentagem de homens maltratados pelos seus pares, 13% no primeiro semestre de 2008 (11% em 2007 e 10% em 2006), segundo os dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) a que o DN teve acesso. Indicam, também, que os processos de apoio au-

mentaram 8,5% (4699) comparativamente a igual período de 2007. Um acréscimo que se deveu sobretudo a um maior número de casos de violência doméstica: 89,7% contra 87,2%.

O caso de Isabel e de todos os outros relatados à APAV têm denominações comuns. Os maus tratos começam por ser agressões verbais, ao mesmo tempo que o agressor isola a vítima, acabando com todas as redes de apoio que ela possa ter. E ela não conta a ninguém. Primeiro, porque tem dificuldade em acreditar no que lhe está a acontecer. Depois, porque tem vergonha de denunciar a situação. Mesmo quando tem um curso superior, casos que surgem cada vez

A duração da vitimização tem vindo a diminuir

mais nos gabinetes da APAV. Mas, neste caso, as mulheres aguentam durante menos tempo os maus tratos. Aliás, a duração da vitimização tem diminuído nos últimos anos, situando-se, agora, entre os dois e três (8,5%) anos e entre os seis e os dez (6,6%).

No primeiro semestre de 2008, 10,2% das vítimas tinham ensino superior, mais 1,7% do que em relação às

denúncias de todo o ano de 2007. São estas as habilitações literárias de 8,4% dos agressores, quase mais três por cento do que no ano passado.

A comparação das habilitações das partes envolvidas com as profissões (*ver quadro*) revela que já não são apenas os desempregados, domésticos, reformados e trabalhadores não qualificados a protagonizar cenas de violência. E estamos a falar tanto das vítimas como dos agressores. Na lista das dez profissões mais representadas encontramos estudantes (houve um aumento significativo de vítimas), professores, directores e dirigentes, quadros técnicos, empregados de escritório, especialistas das ciências da vida e profissionais de saúde. E são os grupos etários entre os 26 e os 45 anos que registam o maior número de agressões, existindo mais denúncias contra o grupo dos 36 aos 45 anos, embora a violência doméstica cruze todas as classes etárias.

"As estatísticas provam que a violência doméstica não tem a ver com a idade ou habilitações - isso é um preconceito, mas com uma dinâmica do relacionamento em que se estabelece. A violência doméstica é transversal; homem/mulher; novos/velhos; ricos/pobres; brancos/negros", classe baixa/classe alta", sublinha Daniel Cortim, da APAV. ■



perfis

Agressor

- Homem
- Entre 36 e 45 anos
- Casado
- Empregado
- Conhecido da vítima. Cónjuge ou companheiro
- Quase um quarto tem dependência do álcool

Vítima

- Mulher
- Entre 26 e 45 anos
- Casada
- Empregada
- Conhecida do agressor, cónjuge ou companheira
- Pequena percentagem de dependentes de medicamentos

Os gabinetes da APAV receberam denúncias de 3659 agressores que praticaram crimes. Em grande parte dos casos, 67,9%, desconhece-se as suas habilitações literárias, mas 8,4% têm um curso superior e 6% o ensino secundário, percentagem equivalente aos outros graus de ensino. 48 por cento estão empregados, existindo uma faixa importante de desempregados, 12,4% das situações. É de realçar que 22,4% dos agressores são alcoólicos, mas, em 19,5% dos casos, o autor do crime não possuía qualquer tipo de dependência. O continente europeu destaca-se claramente a nível da nacionalidade de quem maltrata, sendo que em cerca de 70% dos casos são portugueses.

As 3659 vítimas de crimes de maus tratos que pediram apoio à APAV este ano continuam a ser maioritariamente mulheres. Cerca de 40% não possuíam qualquer dependência, sendo que a mais assinalada é a dos fármacos, 7,4%. São casadas, embora em percentagem inferior aos agressores. Em 54,8% das situações não são conhecidas as habilitações literárias e, nos casos em que são conhecidas, o ensino superior surge em primeiro lugar. Há uma taxa importante de empregadas, 38,8%, e 16,8% estão desempregadas, valor mais alto do que no caso dos agressores. A maioria das vítimas é portuguesa, 80%, existindo uma taxa importante de africanas, 3,4%, e de americanas, 3,3%.

'Ranking' das profissões dos protagonistas dos maus-tratos

Profissão da vítima

	N.º de vítimas*
1.º Desempregados	615
2.º Reformados	417
3.º Trab. não qualificados do comércio e serviços	383
4.º Estudantes	328
5.º Pessoal dos serviços de protecção e segurança	219
6.º Domésticos	166
7.º Empregados de escritório	91
8.º Outros téc. e profissionais de nível intermédio	76
9.º Doc. do ensino secundário, superior e similares	71
10.º Especialistas das ciências da vida e da saúde	43

Profissão do autor do crime

	N.º de agressores*
1.º Desempregados	455
2.º Reformados/as	250
3.º Operários, artífices e da construção civil	235
4.º Trab. não qualificados do comércio e serviços	156
5.º Pessoal dos serviços de protecção e segurança	149
6.º Directores e dirigentes de pequenas empresas	110
7.º Condutores de veículos e embarcações	95
8.º Outros técnicos e prof. de nível intermédio	90
9.º Estudantes	72
10.º Especialistas das prof. intelectuais e científicas	66

* Número do primeiro semestre de 2008



As mulheres continuam a ser as primeiras vítimas das agressões

Maus tratos psíquicos lideram a lista das denúncias

Crimes. Agressão, ameaça, difamação, violação, abuso sexual e homicídio

Os maus tratos físicos lideram a lista de queixas dos utentes da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Mas são poucos os casos em que a agressão verbal está isolada, razão que leva a associação a registar o dobro de crimes dos processos de apoio.

A violência verbal juntam-se a agressão, a ameaça-coacção, a difamação-injúria, a subtração de menores, o não pagamento da pensão de alimentos, a violação, o abuso sexual e o homicídio. Este ano foram já contabilizadas 31 mortes no âmbito da violência doméstica, casos relatados na imprensa.

Em 67,6% dos casos, os crimes ocorrem na residência comum do casal, o que reforça o apelo dos té-

cnicos que trabalham nesta área para que sejam encontrados mecanismos para afastar o agressor da casa da vítima. A solução encontrada é o recurso à pulseira eletrónica para impedir que o cônjuge, companheiro ou ex-companheiro se aproxime da habitação da mulher e, em grande parte dos casos, também dos filhos.

A medida, anunciada no início do Governo socialista, tarda em ser posta em prática e, tanto quanto o DN apurou, ainda se está na fase de concurso para seleccionar a empresa que irá fornecer o equipamento.

Mas, alegam as associações de apoio à vítima, nomeadamente a APAV e a UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta), uma das alterações ao Código de Processo Penal veio dificultar a acção das autoridades policiais nesta matéria,

uma vez que só podem deter o agressor em flagrante delito.

A APAV abriu 4699 processos de apoio no primeiro semestre de 2008 e, em 47,3% dos casos, seguiu uma queixa para as forças policiais. Em 40,3% das situações, a denúncia foi apresentada junto da PSP e, em 21,5%, junto da GNR.

Mas também existem processos por crime de violência doméstica junto dos tribunais. Muitas vítimas dizem que os trâmites legais estão a decorrer (39,6%), mas também é de realçar que 6,7% das vítimas decidem não colaborar com a investigação (o crime de violência doméstica é público e a vítima não pode desistir) e em 4,2% dos casos estes acabam por ser arquivados.

Entre as 2221 denúncias apresentadas, 88 envolveram o Ministério Público e 11 envolveram o Instituto de Medicinal Legal. ■

CÓDIGOS PRÓ E CONTRAS

As alterações ao Código Penal e ao Código de Processo Penal tiveram vantagens, mas também desvantagens

PRÓS

- As alterações ao Código Penal enquadram a situação dos filhos, dos namorados e dos casais homossexuais em relação aos crimes de homicídio qualificado e de violência doméstica.
- Crimes contra o cônjuge, ex-cônjuge, pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantinha ou tenha mantido uma relação análoga à dos cônjuges ou contra progenitor de descendente comum em 1.º grau

CONTRAS

- A revisão do Código de Processo Penal retirou ao Ministério Público a possibilidade de emitir mandados de detenção do agressor.
- Apenas numa situação de flagrante delito é que as autoridades policiais podem deter o agressor. O máximo que o MP pode fazer é encaminhar a vítima para uma casa-de-abrigo, medida que os técnicos classificam como revictimação.



Alvejada na cabeça com o filho bebé ao colo

Maria do Céu foi baleada na cabeça pelo marido quando tinha o filho de quatro meses ao colo. O incidente aconteceu na segunda-feira, no Bairro Social de S. Roque da Lameira, no Porto. A vítima, de 25 anos, está internada na Unidade de Cuidados Intensivos do Hospital de S. João e continua ainda com um prognóstico muito reservado. Os vizinhos do casal, de etnia cigana, contam ao DN, sem querer revelar a identidade, que eles "andavam sempre a discutir". Logo pela manhã, ele "começava a beber, não gosta de chá. Ela, coitada, era simpática, muito asseada, passava o tempo sentadinha num banco à beira de casa, enquanto ele se enfiava na tasca do senhor Joaquim", adiantaram. Ainda segundo os vizinhos, o marido da vítima batia-lhe e toda a gente no bairro social sabia. "Mas, é claro, são coisas entre casal. Entre marido e mulher não metas a colher, sempre ouvimos dizer", acrescentaram. Contam ainda que depois de disparar cinco vezes e alvejar a mulher na cabeça, o marido ainda lhe deu pontapés. Os vizinhos recordam também o episódio em que supostamente o agressor bateu na mulher em plena estação dos correios.

Idoso dispara contra namorada e contra si próprio

No domingo, o que parecia mais uma discussão entre namorados acabou com um idoso de 81 anos a disparar sobre a companheira de 73. Estavam no carro, na Praceta Fernão de Magalhães, em Rio de Mouro, e, no meio da discussão, Sebastião resolveu sacar da arma e disparar sobre Lia. Esta, depois de ser atingida na cara, tentou fugir, mas o namorado continuou a disparar e feriu-a no peito e no pulso. Enquanto a idosa tentava fugir para casa de uma amiga, Sebastião voltou a arma e disparou sobre ele próprio, no abdómen, caindo no chão. A namorada acabou também por desmaiar na rua junto à entrada do prédio. O casal seguiu depois para o Hospital Amadora-Sintra, onde permanecem internados. Nenhuma das balas atingiu órgãos vitais e os dois estão fora de perigo. Os disparos terão sido provocados pelo ciúme. **Sebastião estava convencido de que Lia já não gostava dele e estava apaixonada por outro homem**, por isso, saiu da sua casa, em Oeiras, em direcção à da namorada, em Rio de Mouro, com uma arma de baixo do casaco. Terão sido também os ciúmes doentios do viúvo que levaram Lia a tentar, por diversas vezes, pôr fim à relação, disseram ao DN os vizinhos.



Baleou ex-companheira e cunhada à frente da filha

Por não aceitar a separação imposta pela companheira, José Santos baleou a ex-mulher e a irmã desta, em frente à filha do casal, de dez anos, em Recarei, Paredes. As duas irmãs, de 32 e 22 anos, ainda estavam internadas no Hospital de S. João no Porto, na segunda-feira, dois dias depois do incidente. O estado da ex-companheira do agressor era considerado grave. Enquanto a irmã foi baleada na anca, Márcia Silva ficou ferida no peito e nas costas. **Após dez anos de vida em comum, Márcia decidiu pôr termo à relação com José Santos em Janeiro, mas este nunca aceitou.** As agressões de que era vítima pareciam ser a causa da separação, segundo contou ao DN uma amiga da vítima. "Ele batia-lhe muitas vezes, mesmo depois de estarem separados. A família e os amigos não a deixavam andar sozinha e iam sempre esperá-la ao comboio, porque ele andava a persegui-la", descreveu. Depois da separação, o agressor já tinha, por diversas vezes, invadido a casa das duas irmãs, ameaçando-as, segundo contaram alguns vizinhos. Quem assistiu à discussão e agressão e foi pedir ajuda às casas mais próximas foi a filha do casal de apenas dez anos.

Proibido de entrar em casa depois de esfaqueamento

Um homem de 50 anos agrediu violentamente a companheira de 29 com uma faca de cozinha, no domingo à noite, durante uma discussão. Na sequência da agressão, o juiz do Tribunal de Aveiro proibiu o homem de regressar à casa onde vive com a mulher. **Do ataque resultaram ferimentos com quatro dedos de profundidade nas costas da mulher, provocados por uma lâmina com 20 centímetros**, adiantaram, na altura, os bombeiros, ao DN. Depois de ter sido assistida no local pelos médicos da Viatura Médica de Emergência e Reanimação (VMER), a vítima, que trabalha num supermercado em Aveiro, acabaria por ser conduzida ao hospital, apesar de não correr risco de vida. Segundo um tio da vítima, a agressão terá ocorrido durante uma discussão entre o casal, que tem um filho de seis anos. Motivos passionais parecem estar na origem do desentendimento entre os dois. O suspeito refugiou-se, em seguida, na casa da mãe, em Ilhavo, mas acabou por ser detido e presente a tribunal no dia seguinte. A decisão do juiz acabou por decretar o afastamento do homem da sua residência, estando proibido de frequentar a casa que partilhava com a mulher, no lugar das Quintas, Oliveirinha.

Vigilância electrónica vai avançar na violência doméstica

Natália Faria

Governo diz que já lançou o processo de aquisição das pulseiras electrónicas a aplicar aos agressores

● O uso de pulseiras electrónicas nos casos de violência doméstica, como forma de manter o agressor afastado da vítima, é mesmo para avançar. O Ministério da Justiça, através do seu gabinete de imprensa, garantiu ao PÚBLICO que o processo administrativo para aquisição daquele equipamento já está em curso. "Estamos a correr contra o tempo", adiantou fonte daquele gabinete, sem, porém, adiantar prazos, até porque o processo está sujeito à morosidade inerente ao concurso público internacional que é preciso lançar.

O recurso à vigilância electrónica nos casos de violência doméstica é

uma das medidas contempladas no III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, que vigora entre 2007 e 2010. E é unanimemente considerado como o meio mais eficaz de garantir o cumprimento da proibição de contacto com a vítima, evitando que esta seja duplamente penalizada. "No cenário actual, quando há factores de risco para as vítimas, elas são aconselhadas a ir para uma casa-abrigo, o que é naturalmente injusto", aponta Luís Elias, subintendente da PSP.

Esta necessidade tornou-se mais premente a partir do momento em que o Código de Processo Penal, com as alterações introduzidas em Setembro, passou a proibir a detenção dos agressores, à não ser nos casos em que haja flagrante delito. "Não havendo detenção", explica Luís Elias, "é difícil manter o agressor afastado da vítima porque isso implicaria colocar um polícia junto à vítima 24 horas por dia".



Pulseiras para agressores

As pulseiras electrónicas a adoptar nos casos de violência doméstica serão diferentes das usadas na prisão domiciliária, dado que o objectivo é garantir que o agressor se mantenha

afastado não da casa da vítima mas da própria vítima, esteja ela onde estiver.

Mas, na óptica de Luís Elias, as mudanças para diminuir os casos de violência doméstica - desde o início do ano, Portugal registou 31 mulheres mortas pelos companheiros e mais 45 vítimas de tentativa de homicídio - deviam incidir também no tratamento dos agressores. "Há indivíduos com historial de agressões a várias companheiras", sublinha aquele responsável da PSP, preconizando o alargamento a todo o país dos programas de tratamento de agressores existentes nas universidades do Minho e do Porto e também no Hospital Sobral Cid, em Coimbra.

A deputada Helena Pinto, do Bloco de Esquerda, diz esperar que a aplicação das pulseiras electrónicas aos casos de violência doméstica esteja para breve. "O Governo comprometeu-se com isso e, efectivamente, sem essas pulseiras, é muito difícil

aos tribunais decretar o afastamento do agressor da vítima porque simplesmente não pode haver um polícia atrás de cada mulher".

Em Setembro, o BE vai voltar a apresentar o seu projecto-lei sobre violência doméstica, que começou a ser discutido na anterior sessão legislativa. "Realizámos uma série de audições e ouvimos críticas construtivas que vamos agora incorporar na nossa proposta", especificou Helena Pinto.

No projecto do BE, que procura sintetizar num único diploma toda a legislação existente sobre a matéria, destaca-se a sugestão de criar dentro dos tribunais unidades especiais exclusivamente dedicadas à violência doméstica. "Em Espanha já há tribunais especiais para tratar do problema, mas nós não vamos tão longe", enfatizou a bloquista, preconizando ainda direitos laborais específicos para as mulheres que são maltratadas pelos companheiros.